

U

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	____/____/____
cod.	M 3 D 0 0 0 2 9

PROGRAMA PILOTO PARA A PROTEÇÃO DAS FLORESTAS TROPICAIS DO BRASIL

PROJETOS DEMONSTRATIVOS (PD/A)

Ajuda-memória da primeira missão de supervisão, por ocasião da revisão de meio-termo

Uma equipe do Banco Mundial formada pelos Srs. e Sra. Carlos E. Bertão (chefe da missão), Christoph Diewald, Neila Soares, John Garrison e Marcello Coelho, acompanhada dos consultores Srs. Carlos Amaral, Eduardo Ehlers e Caio Silveira, empreendeu a primeira missão de supervisão dos Projetos Demonstrativos entre os dias 25 de agosto e 5 de setembro de 1997. Em diversas fases da missão, dela também participaram as Sras. e Srs. Heloísa Oliveira, João P. Rabelo, Marcelo Correia e José Ayres Lopes Neto, do Banco do Brasil, Rinaldo Mancin, Ricardo Russo e Ricardo Verdum, da ST dos Projetos Demonstrativos (ST) no Ministério do Meio-Ambiente (MMA), Gregor Wolf do KfW, Harald Loßack e Gert W. Antonius Jr. da GTZ, Carmen Figueiredo, da Comissão Européia, Roger Fréty da Embaixada da França em Brasília, Flora Cerqueira do PNUD, Leny Maria Corazza e Humberto Leite da SEAIN.

1. A missão de supervisão foi dividida em duas etapas distintas, sendo a primeira de visitas de campo e a segunda de discussões sobre as eventuais mudanças que os resultados desta monitoria acarretarão nas atuais regras que regem o Projeto. Nesta oportunidade, o Banco Mundial expressa seus sinceros agradecimentos ao Ministério do Meio Ambiente, ao Banco do Brasil, ao KfW e GTZ, e ao GTA e RMA, pelo apoio irrestrito que prestaram para que a missão pudesse atingir seus objetivos. Todas as discussões durante a missão levaram em consideração as recomendações do relatório da "Avaliação Independente do Sub-programa Projetos Demonstrativos - PD/A", efetuada pelos consultores Márcio Santilli, Mário José de Lima, Valter Carvalho e Virgílio Viana. Também de extrema valia foram os relatórios das visitas de campo preparados pelos consultores Carlos Amaral, Eduardo Ehlers e Caio Silveira.

2. Para as viagens de campo, o grupo foi dividido em tres subgrupos, que visitaram os estados de Maranhão, Tocantins e Pará (subgrupo 1), Acre (subgrupo 2), e Bahia e Pernambuco (subgrupo 3). Foram visitados 21 subprojetos nestes seis estados. O "Relatório de Monitoria e Avaliação nos Subprojetos do PD/A", preparado pela ST do Projeto (ST), foi extremamente útil para que os subgrupos tivessem de antemão uma idéia da situação de implementação de grande parte dos subprojetos visitados. Como as observações de campo dos subgrupos estão incorporadas nas recomendações incluídas neste Aide Memoire, seus resultados não serão expressados de forma separada neste documento.

3. A seguir, abordaremos as principais constatações da missão e suas recomendações que, para fins práticos, serão diferenciadas por subcomponente do Projeto, que são tres: Subprojetos Demonstrativos, apoio ao GTA e a RMA e estabelecimento e apoio a ST e a Comissão Executiva.
4. Preliminarmente, a missão tem a satisfação de reportar que, embora tenham sido identificados alguns problemas de implementação numa parte dos subprojetos apoiados pelo PD/A, especialmente no que tange aos aspectos de gestão administrativa, bem como da falta de claros indicadores de sustentabilidade economica nos subprojetos de caracter predominantemente produtivo, o Projeto está cumprindo seu principais objetivos, que foram definidos como: (i) o de estimular o desenvolvimento, a adaptação ou disseminação de sistemas de gerenciamento e de conservação por comunidades locais que sejam ambientalmente, economicamente e socialmente sustentáveis; (ii) o de, através de suas experiencias demonstrativas, criar lições que poderão, e deverão, influenciar as políticas públicas; e (iii) o de contribuir com o fortalecimento da capacidade das comunidades locais atendidas pelo Projeto de planejar e executar atividades de conservação e de desenvolvimento sustentável nas suas áreas de atuação.
5. Esta fase inicial do PD/A demonstrou que a grande maioria dos subprojetos, mesmo aqueles mais simples, demonstram alguma forma de sustentabilidade. Por exemplo, quando alguns subprojetos de cunho produtivo não conseguem demonstrar claramente sua sustentabilidade economica, estes subprojetos evidenciam avanços importantes nas áreas ambiental e/ou social. A longa experiência de subprojetos de pequeno porte no Brasil e ao redor do mundo, demonstra que fatores intangíveis como o fortalecimento comunitário e o aumento na autoconfiança de populações de baixa renda só ocorrem através da implementação de subprojetos auto-gestionados, mesmo que não bem sucedidos inicialmente nos aspectos tangíveis. E esta é uma grande vantagem do PD/A, que se propõe a aprender lições, divulgando as positivas e descartando as negativas.

I - SUBPROJETOS DEMONSTRATIVOS

6. Como resultado das observações feitas durante as visitas de campo e das conclusões da monitoria realizada pela ST, a missão constatou que alguns subprojetos enfrentam problemas de execução que decorrem de propostas com desenho deficiente. Para minimisar os riscos de que estes problemas continuem a ocorrer, **durante a missão ficou acordado que a ST passará a fazer uma triagem das propostas com um critério mais aprimorado do que o critério em uso hoje.** Esse critério observará se subprojetos com ênfase na geração de renda apresentam um estudo de viabilidade econômica consistente; se houve participação das bases locais na elaboração da proposta e se se prevê a participação delas na execução do subprojeto. Toda a proposta de projeto será

submetida a essa triagem e, caso passe pela mesma, será enviada a dois pareceristas do Grupo de Análise de Projetos (GAP), com a exceção apontada no parágrafo 7 abaixo. A pedido de um parecerista, a ST poderá solicitar ao proponente informação adicional para permitir uma análise mais completa da proposta.

7. Por ocasião da triagem, a ST identificará, também, se as propostas de subprojetos contêm atividades com possibilidades de riscos ambiental, social ou econômico apreciáveis. **Durante a missão, ficou acordado que**, nessas propostas, um dos pareceristas do GAP elaborará seu parecer a partir de avaliação de campo. O segundo parecerista fará sua análise baseando-se, exclusivamente, nos documentos da proposta, como hoje ocorre. No caso de haver divergência entre os dois pareceres, o daquele que foi a campo prevalecerá. De modo a garantir uma melhor compreensão dos problemas da proposta e a diminuir o custo do parecer de campo, o parecerista que vai a campo será, preferivelmente recrutado na região onde a proposta se localiza. A ST apresentará ao KfW e ao Banco Mundial uma estimativa dos custos envolvidos neste procedimento, para que se possam identificar os meios para cobrir eventuais *gaps* orçamentários para estes custos. Espera-se que as propostas que sigam este procedimento de aprovação serão tramitadas em tempo médio equivalente ao que hoje ocorre. A efetividade deste arranjo será reavaliada por ocasião da próxima missão de supervisão do Projeto.
8. Em vista da disparidade de qualidade dos pareceres do GAP, que pode, em parte, ser atribuída à falta de critérios mais objetivos de julgamento, **durante a missão ficou acordado que** a ST desenvolverá um sistema de pontuação para a avaliação de propostas pelo GAP, para discuti-lo com o Banco Mundial, o KfW e GTZ e GTA/RMA. Este sistema possibilitará uma avaliação mais objetiva das propostas, e uma triagem na qualidade daquelas que serão apresentadas à Comissão Executiva.
9. Tendo em vista esses novos métodos de avaliação das propostas pelo GAP, **durante a missão ficou acordado que** os pareceres deverão especificar se as propostas são, ou não, recomendadas pelo parecerista, ficando eliminada a recomendação sob condições.
10. A missão constatou, por outro lado, que várias dos pareceres emitidos pelo GAP não atingem o nível de qualidade esperado. Considerando isso, **durante a missão ficou acordado que** a ST deverá no futuro próximo revisar o cadastro de consultores do GAP, em consulta com GTA/RMA, de modo a incluir no grupo novos pareceristas, além de diversificar sua composição, recrutando profissionais com formação em disciplinas como economia e administração, que têm se mostrado cada vez mais necessárias na avaliação de subprojetos com ênfase na geração de renda.
11. A reestruturação e regionalização do GAPEP foram recomendadas pelos consultores independentes e pelos consultores que integraram as equipes nas viagens a campo durante a missão, a partir da constatação da necessidade de aproximar e aumentar a frequência da assessoria técnica às entidades executoras, principalmente na área de gerenciamento administrativo-financeiro. Nesse sentido, **durante a missão ficou**

acordado que (i) GTA/RMA, com o apoio da ST e do Banco Mundial, identificarão entidades potencialmente parceiras para a prestação de serviços de assessoria técnica aos subprojetos, segundo critérios de competências instaladas e localização geográfica; (ii) a Secretaria Técnica credenciará as entidades; (iii) serão utilizados recursos do GAPEP para o financiamento desta assessoria técnica. A demanda de assistência técnica deverá partir da organização executora. A ST poderá, entretanto, a partir da monitoria que realiza, recomendar que os executores dos subprojetos procurem assessoramento e capacitação.

12. Durante a monitoria realizada pela ST, as organizações executoras expressaram vontade de que o PD/A promova a articulação das organizações executoras que desenvolvem atividades afins, independentemente da localização dos subprojetos. A solicitação, reforçada pelos consultores independentes, bem como pelos consultores que acompanharam as viagens a campo durante a missão, tem por objetivo o intercâmbio de informações e experiências e o consequente aprimoramento de práticas ainda durante a implementação dos subprojetos. Nesse sentido, a missão concordou em viabilizar mecanismos que permitam o estabelecimento de relações horizontais entre organizações apoiadas pelo PD/A, conforme áreas temáticas. Para este fim, **durante a missão ficou acordado que** (i) o GTA e RMA identificarão as redes com o apoio da ST; (ii) o GTA e RMA se responsabilizarão pela mobilização das redes através, principalmente, de seus boletins informativos, divulgando informações sobre os subprojetos; (iii) a Cooperação Técnica Alemã poderá viabilizar outros mecanismos que resultem na melhor articulação das redes temáticas.

13. Visando a obtenção de créditos suplementares, e considerando a necessidade do PD/A adotar estratégia não assistencialista de fomento a subprojetos e a incentivar a integração gradativa dos subprojetos com os mecanismos de mercado, **durante a missão ficou acordado que** o GTA e RMA, com o apoio da ST, divulgarão entre organizações executoras informações sobre linhas de crédito comerciais hoje disponíveis no mercado, incluindo uma breve análise sobre vantagens comparativas e riscos de cada linha.

14. Dentro deste espírito, não faz sentido deixar de se exigir um mínimo de contrapartida dos beneficiários. Assim **durante a missão ficou acordado que** todos os subprojetos demonstrativos no valor de até US\$ 45 mil (inclusive) deverão apresentar contrapartida de pelo menos 10% do valor financiado.

15. Com a adoção de procedimentos de triagem mais aprimorada das propostas de subprojetos, nos casos de recusa, a ST concordou em manter a prática de acrescentar à correspondência que encaminha aos proponentes comunicando a recusa, uma análise das razões da mesma. **Durante a missão ficou acordado que** cópia dessa correspondência será enviada ao GTA e à RMA, conforme a localização do subprojeto, de modo a permitir que as redes viabilizem assessoramento técnico para a eventual reformulação das propostas e para o apoio das redes à capacitação institucional dos proponentes. Ademais, a ST e as redes disseminarão aos proponentes

métodos de preparação de estudos de viabilidade econômica de subprojetos, que sejam consistentes, conforme mencionado no parágrafo 6 acima.

16. Foi constatado que a maioria das organizações executoras dispõe de um sistema ainda muito incipiente de auto-monitoramento e que não adotam práticas de sistematização das atividades realizadas e dos resultados de suas ações com a frequência recomendável. Nesse sentido, **durante a missão ficou acordado que a ST enfatizará no Manual de Operações a necessidade da monitoria interna aos subprojetos e divulgará às organizações executoras metodologias simplificadas de monitoramento participativo de subprojetos.**

17. A missão constatou uma certa imprecisão da atual categorização de áreas temáticas do PD/A. Em vista disso, **durante a missão ficou acordado que, de modo a estabelecer conexões mais claras entre a distribuição temática e as realidades socioambientais dos estados e regiões, a ST adotará nova classificação temática para os subprojetos, conforme proposto no relatório da avaliação independente do PD/A. As novas categorias serão: (i) sistemas de preservação ambiental; (ii) sistemas de manejo florestal; (iii) sistemas de manejo de recursos aquáticos; e (iv) sistemas agroflorestais e de recuperação ambiental. Além disso, a Secretaria Técnica apresentará ao BM e ao KfW um detalhamento de cada área temática.**

18. Tendo em vista a próxima disponibilidade de fundos para o componente de educação ambiental (CEDUC) no PD/A, **durante a missão ficou acordado que a composição da Comissão Executiva para o julgamento de propostas de subprojetos demonstrativos será mantida, ficando também acordado que, para o julgamento de propostas do CEDUC, a Comissão será acrescida de quatro novos membros, conforme especificado na emenda ao Contrato de Doação assinado entre o Banco do Brasil e o Banco Mundial.**

19. Considerando que o prazo usual de implementação de subprojetos (até três anos) se demonstrou, em alguns casos, insuficiente para que os resultados de suas atividades tenham valor demonstrativo comprovado. **Durante a missão ficou acordado que o PD/A poderá financiar atividades complementares àquelas desenvolvidas por subprojetos que ora estejam sendo financiados, mesmo que o valor da primeira fase tenha atingido o limite máximo de US\$ 210 mil por entidade executora. Nestes casos a ST deverá exigir que os proponentes: (i) demonstrem cabalmente a complementariedade das atividades propostas às executadas na primeira fase e que mantêm seu caráter inovador e demonstrativo; (ii) comprovem que a implementação de sua primeira fase foi bem sucedida, através de indicadores de resultados; (iii) apresentem um planejamento estratégico, envolvendo definição precisa de resultados e metas quantificáveis que levem à sustentabilidade do subprojeto; e (iv) para subprojetos de cunho econômico: apresentem contrapartida de 50% do valor total do projeto em dinheiro, seja proveniente de linhas de crédito comerciais ou de fundos próprios;**

20. Os resultados da monitoria realizada pela ST e ratificados pela missão indicaram que grande número de subprojetos de cunho eminentemente econômico não têm desenvolvidas estratégias mínimas para o atingimento da sustentabilidade econômica, podendo comprometer a sustentabilidade social e ambiental dessas experiências, intimamente ligadas à expectativa dos beneficiários de geração de renda. Assim, visando corrigir a estratégia de fomento a subprojetos de “cunho econômico” apoiados pelo PD/A, **durante a missão ficou acordado que** a proposta para ditos subprojetos deverá, necessariamente, incluir um estudo de viabilidade econômica e um plano de auto-sustentabilidade de suas atividades. Ademais, $\frac{1}{3}$ da contrapartida de tais subprojetos, cujo valor solicitado seja superior a US\$ 150 mil, deverá ser em dinheiro, podendo as despesas decorrentes do pagamento de tributos sobre a aquisição de bens, obras e serviços ser consideradas parte dessa contrapartida em dinheiro. À ST caberá a definição precisa do critério para a determinação de quais subprojetos serão considerados de “cunho econômico”, depois de consultar os doadores relevantes e o GTA/RMA.
21. Hoje, a tramitação de propostas independe do valor das mesmas, podendo ser uma das causas do alto valor médio das propostas aprovadas no PD/A, em torno dos US\$140,000. Durante a avaliação do Projeto, estimou-se que o valor médio de subprojetos oscilaria entre US\$30,000 e 50,000 (vide parágrafo 1 do Anexo 3 do MOD). Ademais, a missão identificou que várias organizações de base são levadas a apresentar propostas em valores acima de sua capacidade de execução, principalmente pela percepção das mesmas que, tendo que passar pela processo regular de aprovação, independentemente do valor de sua proposta, torna-se mais vantajoso propor valores mais altos do que aqueles compatíveis com sua capacidade de execução.
22. O PD/A vem reafirmar seu compromisso com pequenas organizações de base que estão ainda em processo de capacitação organizacional. Nesse sentido, **durante a missão ficou acordado que** os subprojetos de valor menor ou igual a US\$ 20 mil, que tenham objetivos consistentes com os dos PD/A, teriam um procedimento de aprovação simplificado, que dispensaria sua passagem pela Comissão Executiva. Para estas propostas, a ST realizaria sua triagem habitual, e remeteria aquelas que passaram pela triagem a um membro do GAP e um membro da Comissão Executiva, para emissão de pareceres. Caso os dois pareceres sejam favoráveis, o Secretário Técnico homologará a aprovação. Em caso contrário, caberá ao Secretário Técnico decidir sobre a aprovação. Esse procedimento de aprovação simplificada de pequenos subprojetos demonstrativos valerá por um ano, ou até o limite de US\$ 1,0 milhão comprometidos para tais subprojetos, o que acontecer primeiro. Passado esse período ou esgotado esse valor, o procedimento será reavaliado pela Secretaria Técnica, pelas redes e pelos doadores relevantes.
23. Considerando que os PD/A têm vantagem comparativa em apoiar iniciativas de proteção do meio-ambiente por comunidades de base, e que tais iniciativas são vitais para a consolidação do zoneamento ecológico-econômico na região amazônica, **durante a**

missão ficou acordado que a ST promoverá a divulgação do PD/A (inclusive do CEDUC) e realizará treinamentos sobre preparação de subprojetos nas áreas objeto de zoneamento ecológico-econômico nos estados da Amazônia Legal, no âmbito do Projeto de Política de Recursos Naturais e nos corredores de biodiversidade no âmbito do Projeto Parques e Reservas, de modo a estimular o aumento do número de subprojetos demonstrativos nessas áreas e mitigar possíveis impactos negativos sobre o nível de renda das populações afetadas.

24. Tendo em vista os programas PADIC e PAIC, incluídos nos subprojetos PRODEAGRO e PLANAFLORO nos estados de Mato Grosso e Rondônia, respectivamente, discutiu-se a conveniência de serem declaradas não elegíveis para o PD/A propostas nesses estados. Como os programas antes citados ainda não se encontram em vigência, **durante a missão ficou acordado** que a ST, GTA/RMA e o Banco Mundial determinarão se os objetivos daqueles programas incluem de fato os do PD/A. Em caso positivo, tão logo os respectivos programas entrem em vigência, propostas provenientes dos dois estados serão consideradas inelegíveis para financiamento pelo PD/A.
- 25 **Durante a missão ficou acordado** que todas as mudanças nos critérios de avaliação e julgamento das propostas de subprojetos serão aplicáveis imediatamente às propostas apresentadas à ST a partir de agora (incluindo as do CEDUC), bem como àquelas que já se encontram triadas pela ST, mas ainda não encaminhadas ao GAP, as quais, caso consideradas elegíveis por esta triagem, deverão ser retornadas aos proponentes para serem adequadas às novas regras. No caso de propostas que se encontram aptas para julgamento pela Comissão Executiva, estas mudanças não se aplicarão.

II - GTA e RMA

Grupo de Trabalho Amazônico

26. O GTA alcançou resultados expressivos na maioria de suas metas durante este primeiro ano de execução, em parte graças a um crédito especial de US\$ 200 mil recebidos no início de 1996, que garantiu a continuidade das atividades do GTA, que estaria afetada com a falta deste crédito, em virtude do atraso na assinatura do convenio de doação entre o GTA e o Banco do Brasil relativo aos recursos do PD/A, que somente ocorreu em setembro de 1996.
- 27 Em termos de metas ainda não atingidas e recomendações, pode-se destacar o papel do GTA na disseminação das lições aprendidas com os subprojetos do PD/A. Se por um lado, o GTA conseguiu divulgar muito bem a existência do PD/A e gerar uma demanda forte de subprojetos para o Projeto (evidenciado pelo fato de que a concentração de subprojetos aprovados pelo PDA se encontram entre a regionais mais ativas do GTA), reconhece que ainda não desempenha um papel relevante nos esforços de disseminação

de resultado dos subprojetos, em parte porque somente agora estes resultados estão começando a surgir. **Durante a missão, ficou acordado que** a divulgação das lições aprendidas no PD/A é de responsabilidade primária da ST, mas que o GTA fará o possível para colaborar nesta divulgação. Ademais, o GTA planeja promover encontros e seminários para possibilitar a troca de experiências entre os subprojetos e a disseminação de seus resultados.

28. Com relação à área de assessoria e assistência técnica, o GTA concordou em ajudar a ST a identificar e credenciar entidades públicas e privadas que poderão prestar assistência técnica, especialmente de cunho financeiro, para as entidades beneficiárias do PD/A.

Rede Mata Atlântica

- 29 A missão demonstra sua satisfação com o fato de que a Rede Mata Atlântica (RMA) está agora em pleno funcionamento “de direito”, depois de tantos anos operando “de fato”. A Secretaria da RMA está funcionando nos escritórios da ONG GAMBÁ, em Salvador, Bahia, e congrega, hoje, 120 membros (64 fundadores e 56 afiliados), distribuídos em 13 dos 17 estados da Mata Atlântica.

30. Uma vez que somente agora os resultados do PD/A estão começando a surgir, **durante a missão ficou acordado que** a divulgação das lições aprendidas no subprograma é de responsabilidade primária da ST, mas que a RMA, como o GTA, fará o possível para colaborar nesta divulgação. Ademais, a RMA planeja promover encontros e seminários para possibilitar a troca de experiências entre os subprojetos e a disseminação de seus resultados.

31. Com relação à área de assessoria e assistência técnica, a RMA, como o GTA, concordou em ajudar a ST a identificar e credenciar entidades públicas e privadas que poderão prestar assistência técnica, especialmente de cunho financeiro, para as entidades beneficiárias do PD/A.

III - Secretaria Técnica

32. Primeiramente, é importante ressaltar a avaliação positiva do trabalho que está sendo desempenhado pela ST. Num espaço físico extremamente reduzido, com condições precárias de trabalho, e, ainda, com a insegurança de sua equipe decorrente da interinidade do Secretário Técnico, é de se louvar o empenho de todos para se atingir os objetivos do Projeto. Esta percepção da missão foi confirmada pelos beneficiários do PD/A, durante as viagens a campo, onde o bom trabalho desenvolvido pela equipe foi bastante elogiado.

33. Por tudo isso, a missão gostaria de ratificar a preocupação demonstrada expressamente pelo IAG, pelos consultores independentes e pelo Banco Mundial sobre a interinidade do Secretário Técnico, que já dura um tempo superior ao que se poderia esperar. Foi constatado pela missão que esta alongada interinidade está, de fato, trazendo aos membros da ST uma insegurança que afeta diretamente o bom andamento de seus trabalhos. É também importante ressaltar a necessidade de se garantir continuidade de pessoal da ST, a fim de que o PD/A não venha a ser afetado num momento tão crucial de sua implementação. Assim, é consenso a necessidade de que esta questão seja resolvida imediatamente.
34. A missão constatou que, apesar de vir conduzindo eficientemente as tarefas de administração dos Projetos Demonstrativos, a ST não dispõe ainda de instalações físicas próprias para desempenhar suas funções a contento. Para que a ST possa fazer face a uma demanda maior de subprojetos demonstrativos que resultará da inclusão do componente de educação ambiental e do aporte de novos recursos dos governos alemão e francês, e em virtude das mudanças que foram por esta missão decididas, **durante a missão ficou acordado que** é mister provê-la de instalações apropriadas para pelo menos vinte pessoas, de acordo com o novo organograma da ST, anexado ao presente, que é o número adequado para que a ST possa desempenhar bem as suas funções.
35. Como somente recursos do Rain Forest Trust Fund (RFT), administrado pelo Banco Mundial, e do KfW são aplicados na manutenção da estrutura administrativa dos PD/A, e como os recursos para isso destinados devem esgotar-se por volta de 1999, o Banco Mundial irá aproveitar a ocasião da realização da reunião dos Participantes em Manaus para propor um *replenishment* do RFT, de modo a manter essa estrutura até o ano 2002. Para subsidiar a apresentação do Banco Mundial aos Participantes, a ST apresentará ao Banco Mundial uma estimativa detalhada desses custos.
36. A ST desenvolveu com certa efetividade a divulgação do PD/A, sem, entretanto, ter uma estratégia clara para a disseminação dos resultados de seus subprojetos. **Durante a missão ficou acordado que**, até 22 de setembro próximo, ela preparará, com a participação do GTA e dos doadores relevantes, os TORs para a contratação de consultoria para propor tal estratégia. Esta consultoria deverá também redefinir o perfil do profissional a ser contratado pela ST para coordenar esse trabalho.
37. O Banco do Brasil e a ST concordaram trabalhar em conjunto para compatibilizar seus respectivos sistemas informatizados de acompanhamento financeiro dos subprojetos demonstrativos, conectando-os. **Durante a missão ficou acordado que** ambas instituições se comprometeram a avaliar os problemas técnicos ainda pendentes para conectar seus sistemas até o dia 15 de setembro, no sentido de ter os sistemas compatibilizados e interligados no menor prazo possível.

38. Durante a missão ficou acordado que ao Banco do Brasil caberia a responsabilidade de elaborar por completo os *statements of expenditures* (SOEs) relativos aos desembolsos de fundos dos PD/A. À ST caberá conferi-los e verificar a elegibilidade das despesas, retornando ao Banco do Brasil os ajustes realizados que impliquem na confecção dos SOEs, colaborando com o Banco do Brasil no que necessário for para que este possa confeccioná-los.
39. Com relação à participação do PNUD na execução do PD/A, transcrevemos abaixo parte do texto recebido da Sra. Flora Cerqueira, que acompanhou a viagem a campo do subgrupo 2:

“Com relação à atuação do PNUD através do projeto de cooperação técnica BRA/93/044, temos as seguintes considerações:

Quanto ao resultado “Implementação e Execução de 300 subprojetos”, cuja essência é o apoio à montagem e capacitação da ST para implementar o programa, este tem sido alcançado a contento. Carece de ajuste das metas, já que o valor a média dos subprojetos aprovados tem sido bem maior que o valor mínimo previsto (210 x 60). Além disso, o projeto de cooperação deverá convergir seu propósito de capacitação e fortalecimento da ST para o aperfeiçoamento dos procedimentos conforme detectado e requerido por esta avaliação.

O resultado “Disseminação de 50 experiencias replicáveis” está em andamento, uma vez que os subprojetos ainda não terminaram. Entretanto, a partir desta avaliação já se tem indícios dos subprojetos potenciais e já se pode começar a trabalhar a respeito. Sugere-se, também, que sejam avaliadas as demandas de educação porventura detectadas nessas experiencias para serem remetidas ao componente de educação.

O resultado referente à “criação de sustentabilidade das iniciativas através do fortalecimento das redes de ONG’s” tem sido desdobrado num projeto específico com o GTA, BRA/96/012, cujos recursos vem sendo aplicados na estruturação das regionais da rede, promoção de assembléias deliberativas nacionais e regionais e treinamentos. Este é um estágio bastante inicial, portanto, para o propósito de sustentabilidade. Para o avanço deste resultado e estreitamento das relações PDA/GTA, sugere-se o estabelecimento de um ponto focal dentro do PDA para internalizar neste a preocupação com a sustentabilidade, primeiro preparando uma agenda de ação e reflexão e depois acompanhando e estimulando as ações do GTA, não como um projeto independente, mas sim estreitamente vinculado ao PDA.

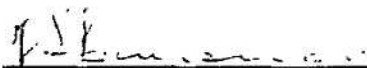
Um aspecto de ordem geral que merece ser mencionado porque foi frequentemente levantado no exercicio da avaliação, é a atitude aparentemente passiva do PNUD diante dos demais parceiros e atores. Sugere-se daí, que o

PNUD através de seus consultores e staff encarregado persiga uma atitude mais pró-ativa e convergente no sentido de estimular os avanços não só das metas como também das recomendações decorrentes das missões e reuniões periódicas de acompanhamento do PDA. Para tanto é necessária a participação sistemática do PNUD nas missões de monitoria e avaliação referentes ao projeto.”

Brasília, 5 de setembro de 1997



Carlos E. Bertão
Banco Mundial



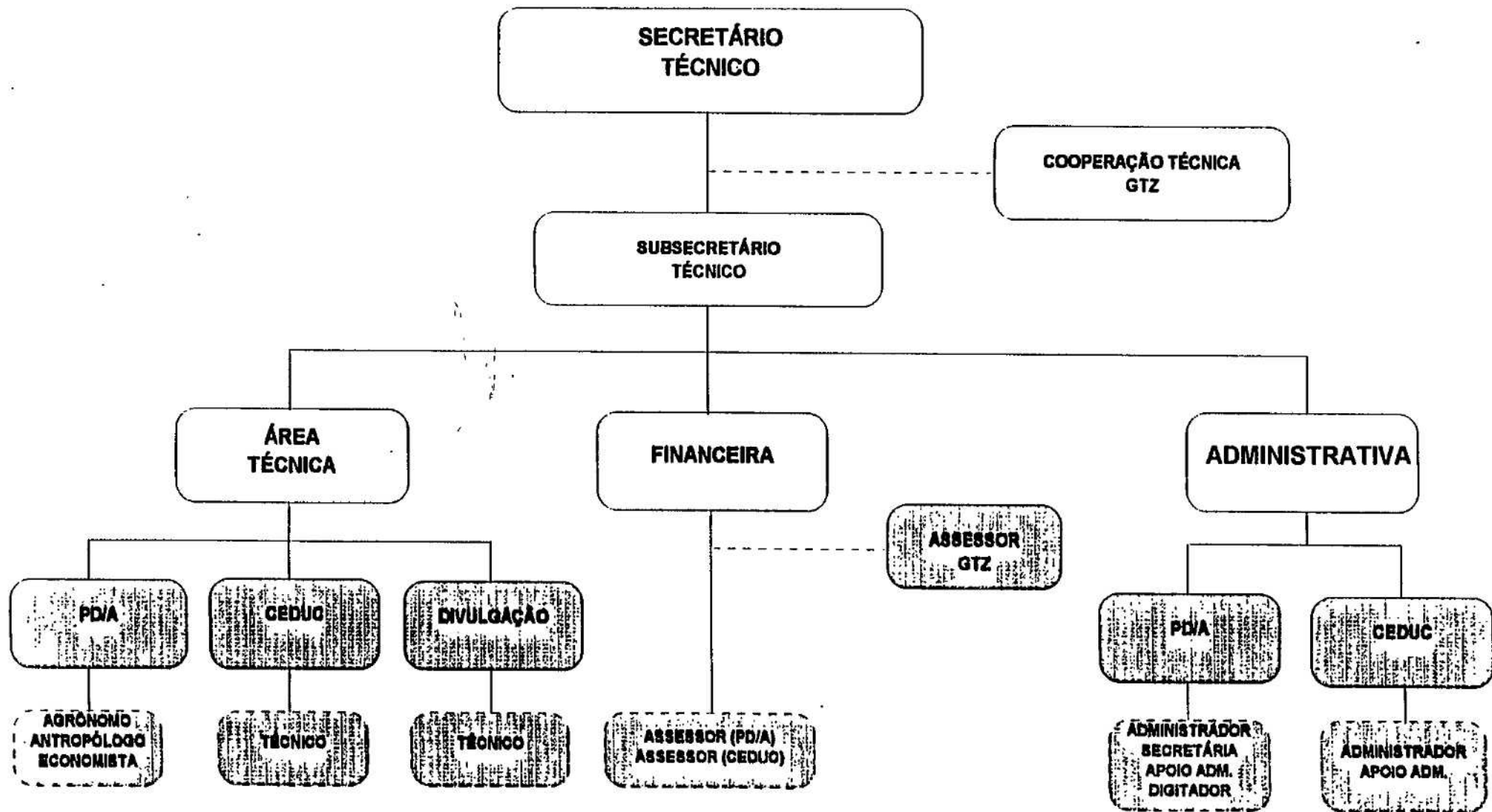
José Seixas Lourenço
Secretário da Secretaria de Coordenação dos Assuntos da Amazônia Legal
Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal



Heloísa Helena Silva de Oliveira
Unidade de Negócios com o Governo
Banco do Brasil

PROJETOS DEMONSTRATIVOS - PD/A

ORGANOGRAMA DE FUNÇÕES



PD/A

Minuta das discussões técnicas 12 de dezembro de 1997

Nos dias 10 e 11 de dezembro de 1997, foram realizadas em Brasília discussões técnicas sobre o andamento das decisões tomadas durante a missão de supervisão do Projeto (revisão do meio termo), ocorrida em agosto/setembro de 1997.

As discussões técnicas foram presididas pelo Sr. Carlos Bertão, e contaram com a presença das seguintes pessoas: Luiz Carlos de Miranda Joels, Rinaldo Mancin, Ricardo Verdum, Ricardo Russo, Luiz Carlos Pinagé (MMA); Neila Soares, Marcello Coelho, Glenn Pearce-Oroz, John Garrison, André Guimarães, Lívio Pino (BM); Gregor Wolf (KfW); Harald Lossack (GTZ); José Vasconcelos (EC); Fábio Vaz de Lima (GTA); Renato Cunha (RMA); João Pinto Rabelo Júnior, José Ayres Lopes Neto (BB); Marcelo José de Aquino (TREVISAN Auditores).

Na sua apresentação de abertura, o Sr. Rinaldo Mancin, Secretário Técnico do PD/A, informou sobre as atividades realizadas entre a revisão do meio termo e a presente data.

Triagem das propostas. As mudanças na triagem das propostas, recomendadas na revisão de meio termo, foram implementadas pela ST imediatamente.

Manual de Operações. O Sr. Rinaldo Mancin informou que os consultores entregaram a versão 2.0 do Manual de Operações, que incorporou as recomendações e sugestões da ST, inclusive quanto a uma linguagem mais apropriada para os usuários. Esta versão será revisada e espera-se publicar a versão definitiva em fevereiro de 1998.

GAP. O Sr. Ricardo Verdum (ST) relatou os contatos feitos com as entidades que poderão integrar o GAP, entregando-lhes as informações básicas sobre o PD/A.

Constatou-se, como resposta à pergunta feita pelo Sr. Carlos Bertão, que o GTA tem tido uma mínima participação neste processo de seleção, enquanto a RMA não tem tido participação alguma, o que ocorrerá mais ativamente durante o processo de seleção dos novos membros do GAP. Além disso, o Sr. Mancin destacou a diferença entre as organizações na Mata Atlântica, que são bastante desenvolvidas, e as da Amazônia, fato que condiciona os trabalhos de seleção. A ST está revisando o manual dos pareceristas do GAP. Uma versão preliminar já se encontra pronta.

Sistema de pontuação. O Sr. Ricardo Russo reportou que um novo sistema de pontuação para as análises do GAP está sendo elaborado a partir do sistema original do GAP, tendo como base a média ponderada dos "scores" atribuídos a cada item da análise.

Disseminação. Passadas as dificuldades em identificar um profissional adequado para realizar a consultoria de elaboração de estratégias de disseminação, a consultoria está

sendo executada por uma equipe do Departamento de Comunicação da UnB. Estima-se que o primeiro relatório de progresso será entregue em 20 de dezembro de 1997, e o produto final em 20 de janeiro de 1998.

Sr. Cunha compartilhou as experiências da RMA no campo de disseminação. O evento de disseminação, organizado pela RMA, reuniu 17 dos 18 beneficiários do PD/A na Mata Atlântica para discutir e trocar as experiências. O evento foi um sucesso e se espera poder realizar outros mais com outras orientações (por exemplo, focalizado por tema).

Mais tarde nas discussões, mas relacionado com este ponto, o Sr. Fábio Vaz de Lima apresentou outra idéia: a de utilizar novos mecanismos de disseminação, como por exemplo Amazonsat, canal de televisão. Esta idéia poderia ser submetida aos consultores que estão elaborando as estratégias de disseminação.

Sr. Rinaldo Mancin indicou o interesse da ST de fazer um vídeo das experiências dos subprojetos, iniciativa que pode integrar-se às atividades de disseminação.

Cartilha de apoio para subprojetos econômicos. Os TOR para esta consultoria já foram elaborados e aprovados pelo KfW e o Banco. A consultoria será contratada em janeiro de 1998.

Assessoria aos subprojetos. Sublinhou-se a importância das assessorias aos subprojetos e informou-se sobre a consultoria que se realizará para a Rede Frutos do Cerrado. Esta assessoria está apenas começando e será levada a cabo por uma equipe de cinco consultores em campo.

Subprojetos problemáticos. O Sr. Mancin informou sobre dois subprojetos que têm problemas. Um dos subprojetos, executado pelo COOPERVAL (Imperatriz), não está cumprindo nenhuma das metas estabelecidas na sua proposta, situação que tem obrigado a ST a solicitar que o Banco do Brasil tome as ações legais. No outro subprojeto problemático, executado pelo CAPEB (Acre), detectaram-se problemas de cunho interno que talvez possam ser resolvidos através duma assessoria técnica, com base nos resultados da auditoria física e financeira, que está sendo realizada no momento.

Doações novas. Reportou-se que a doação de 10 milhões de francos franceses está a caminho e que se espera tê-la pronta para janeiro de 1998. A nova doação alemã de 15 milhões de marcos alemães também está prevista para o primeiro trimestre de 1998.

CEDUC. Sr. Mancin adiantou que o manual de operação para o componente de educação ambiental está pronto para ir para a gráfica, faltando apenas as providências finais de assinatura do Acordo de Doação e disponibilização dos recursos para lançamento do Edital.

Integração com outros projetos do PPG7. Destacou-se as iniciativas realizadas com o Projeto Parques e Reservas. Neste projeto será usado um modelo financeiro semelhante ao

do PD/A. Além disso, informou-se sobre a nova iniciativa dos Projetos Demonstrativos e PPTAL de criar um possível componente "PD/T", que será elaborado pela ST e a Secretaria Técnica do PPTAL, como um componente dos Projetos Demonstrativos.

GAPEP. O Sr. Fábio Vaz de Lima informou que o GTA está no processo de finalizar uma proposta de listagem das possíveis instituições e ONGs que participarão no GAPEP. A seleção das entidades será feita com base nos TOR que foram apresentados durante as discussões técnicas, especificando as necessidades mais relevantes para os subprojetos em andamento.

Com este ponto concluiu-se a apresentação inicial da ST. Em seguida, abordaram-se os temas de discussão previstos pela agenda:

Interinidade do Secretário Técnico e Instalações físicas da ST. O Sr. Luiz Carlos de Miranda Joels comunicou que o contrato do Secretário Técnico está regularizado e só falta a publicação no D.O.U. da Portaria do Secretário Seixas Lourenço. A mudança do escritório da ST terá que aguardar as mudanças maiores do MMA, antecipadas para abril de 1998. A partir de janeiro, entretanto, a ST contará com um espaço extra no nono andar do MMA.

Composição e procedimentos do GAP. Tendo discutido este tema na abertura, só sublinhou-se a importância de integrar a participação das redes no processo de alteração da composição e dos procedimentos do GAP.

Relações horizontais entre beneficiários. O Sr. Rinaldo Mancin informou que este tema está sendo discutido, e que as conversas orientam-se para criar redes segundo as diferentes áreas temáticas dos subprojetos.

Avaliação de campo das propostas. O Sr. Rinaldo Mancin indicou que estão elaborando-se as providências para este mecanismo no Manual de Operações.

Aprovação simplificada para pequenos subprojetos. A equipe da ST observou que não foram apresentadas propostas de pequenos subprojetos até o momento, e que talvez possa considerar-se incentivar uma demanda maior. Ficou combinado que, como primeiro passo, a ST, com o apoio das redes, identificariam entre três e cinco propostas até o final de janeiro que serão submetidas a um processo de aprovação simplificada, que durará aproximadamente 45 dias.

Processamento das recusas. A ST informou que as recusas, e seus respectivos motivos, estão sendo informadas às redes regularmente.

Aprimoramento de auto-monitoramento. Informou-se que este tema está integrando-se ao Manual de Operações. O Sr. Carlos Bertão indicou a importância de não esquecer de incluir o tema de auto-monitoramento no Manual de Operações (MOp) do componente de

Educação Ambiental. Neste sentido, a ST assinalou que o MOp do PD/A está mais complexo que antes e que o MOp do CEDUC sem dúvida será mais simples.

Representação da RMA em Brasília. O Sr. Carlos Bertão apresentou a preocupação de melhorar os contatos da RMA em Brasília e sugeriu a idéia de que a RMA tivesse algum representante ou interlocutor permanente em Brasília. O Sr. Renato Cunha concordou com a idéia e disse que ia encaminhá-la dentro da rede.

Treinamentos sobre a preparação dos subprojetos. O Sr. Rinaldo Mancin informou que por causa da escassez de recursos, os treinamentos foram interrompidos. Não obstante, o Sr. Carlos Bertão sugeriu que a ST preparasse um calendário das atividades de treinamento para o próximo ano, o que será feito o mais breve possível.

Avaliação do Operations Evaluation Department (OED) do Banco Mundial. O Sr. Garrison começou a reunião com um breve relatório sobre uma avaliação das contribuições das ONGs nos projetos apoiados pelo Banco Mundial, que será empreendida pelo OED em janeiro. Combinou com a ST e GTA de manter contato para finalizar alguns temas logísticos. Além disso, comentou sobre a Poverty Immersion Week, outra iniciativa do Banco.

Descentralização do GAPEP. O Sr. Fábio Vaz de Lima apresentou uma consideração sobre a seleção dos consultores (pessoas físicas) e das firmas (pessoas jurídicas), e as providências no processo de seleção que têm que tomar-se para assegurar que as assessorias sejam feitas por consultores qualificados dentro das entidades qualificadas. Como passo inicial, primeiro há que se definir as necessidades dos beneficiários das assessorias. Quanto à operatividade da contratação dos consultores, o Sr. Carlos Bertão sugeriu elaborar TOR guarda-chuva que possam ser aplicados a todos os casos.

Lembrou-se que as propostas de subprojetos devem incluir um orçamento para futura assistência técnica durante a execução. Ademais, lembrou-se que qualquer entidade (ST, GAP, beneficiário) tem a liberdade de sugerir ou solicitar a assistência técnica.

O Sr. Carlos Bertão indicou a necessidade de fazer algum tipo de controle ou monitoramento das assessorias para avaliar a efetividade dos consultores GAPEP, e mesmo para avaliar se as assessorias são requeridas ou não. O Sr. Rinaldo Mancin combinou de elaborar a minuta de uma metodologia de monitoramento das assessorias com critérios de qualidade.

Além de fazer um acompanhamento das assessorias, as redes têm que realizar uma boa disseminação dos resultados e produtos que vão resultando dessas assessorias.

Eligibilidade das propostas de Mato Grosso e Rondônia em vista dos PADIC/PAIC. O Sr. John Garrison informou que o PAIC (US\$ 22 milhões) já começou a operar, mas ainda não realizou desembolso, e que o PADIC (US\$ 40 milhões) será efetivado apenas no segundo semestre de 1998.

Para fazer uma determinação da elegibilidade das propostas ao PD/A provenientes de Mato Grosso e Rondônia, foi acordado que a ST fará uma análise técnica dos manuais de operações desses projetos para verificar as semelhanças entre PADIC/PAIC e o PD/A. Assim, se poderá apresentar as justificativas técnicas às autoridades estaduais, sublinhando a importância de se considerar os PAIC/PADIC como as iniciativas exclusivamente estaduais de Projetos Demonstrativos. Foi acordado que a análise será feita antes do fim de janeiro de 1998, para que as modificações aplicáveis para estes estados sejam incluídas na nova versão do Manual de Operações do PD/A.

Quanto às propostas já processadas, considerou-se apropriado encaminhá-las, após a triagem, aos PADIC/PAIC.

Estratégia de sustentabilidade GTA. O Sr. Fábio Vaz de Lima informou que a consultoria contratada começou em agosto e estará entregando o relatório final em fevereiro de 1998. O trabalho empreendido pela consultora aborda três áreas específicas: o diagnóstico, os potenciais doadores, e a negociação dos projetos. Os dois grandes desafios que enfrenta ao GTA para melhorar a sua sustentabilidade relacionam-se com a manutenção da estrutura atual e a diversificação dos objetivos (o GTA não pode se dedicar exclusivamente a realizar projetos).

Os consultores estão identificando possíveis fontes de financiamento. O Sr. André Guimarães apresentou a idéia de se considerar o estabelecimento de um endowment para salvaguardar os futuros custos operacionais do GTA. Esta e outras idéias, como explorar a possibilidade de um cartão de crédito "GTA" com o Banco do Brasil, serão apresentadas aos consultores. Com este motivo, foi combinado que os consultores fariam uma apresentação antes do relatório final para se beneficiarem dos comentários de todos os envolvidos no processo, ST e doadores, sobretudo.

Divulgação dos créditos. Informou-se que o GTA já preparou informações sobre a disponibilidade dos créditos no mercado. Combinou-se que estas informações serão publicadas com financiamento do PD/A. A RMA deve fazer a mesma recompilação para os créditos disponíveis na região da Mata Atlântica, e poderá beneficiar-se da mesma colaboração com o PD/A.

Novas parcerias PD/A - BB. O Sr. Carlos Bertão apresentou a idéia de que o BB lançasse no mercado um cartão de crédito "GTA", nos moldes do que já ocorre entre a SOS Mata Atlântica e o Greenpeace e outros bancos privados. Além disso, foi aventada pelo Sr. Bertão a hipótese de se explorarem as possibilidades de utilização de algumas linhas de crédito do BB para apoiar os beneficiários do PD/A, principalmente no caso de projetos de cunho produtivo. Os dois temas foram aceitos, em princípio, pelo Sr. João Pinto Rabelo Júnior. Para concretizar mais estas possibilidades acordaram, os representantes do BM, ST, GTA, e BB, se reunir na próxima sexta-feira, 19 de dezembro, às 9:00 horas, no escritório do Banco Mundial. Para esse encontro, a ST preparará uma lista de atividades que possivelmente poderiam se aproveitar destas linhas de crédito e o

BB apresentará uma lista de linhas de crédito existentes que possam ser aproveitadas para esses fins.

Conciliação de contas. Anunciou-se que as contas especiais do KfW foram conciliadas. O Sr. João Rabelo indicou que a transmissão final deverá ser realizada antes da próxima sexta-feira. Antecipam que a conciliação das contas CEC estará terminada em janeiro de 1998.

Statements of Expenses (SOEs). O Sr. João Rabelo informou que os SOEs ainda estão sendo preparados pela ST mas esperam ter o novo sistema em andamento para janeiro de 1998, possibilitando que os mesmos possam ser preparados inteiramente pelo BB, conforme decidido na última missão de supervisão do projeto.

Auditoria TREVISAN. O Sr. Lívio Pino revisou os termos do Grant Agreement do projeto para esclarecer que são estabelecidas para a auditoria anual no projeto. Comparando estas exigências com a auditoria submetida pelos auditores ao BB, ficou claro que o relatório não cumpriu com as cláusulas contratuais. Depois de oferecer algumas sugestões para aprimorar o relatório, o Sr. Lívio Pino sugeriu que a TREVISAN recompilasse as análises feitas, adequando o relatório aos requerimentos do contrato.

Os representantes do BB e TREVISAN presentes concordaram que as mudanças podem ser realizadas e que, até o dia 24 de dezembro, estariam enviando uma minuta do novo relatório para comentários. Foi entregue à TREVISAN uma cópia do manual do BM, Financial Accounting Reporting and Auditing Handbook.

Quanto às auditorias físicas que devem acompanhar as auditorias financeiras, o Sr. Lívio Pino destacou a importância de que estas duas auditorias sejam vinculadas diretamente, e que sejam feitas pelos mesmos auditores. O BB negociará com a TREVISAN os termos da auditoria física a ser realizada, e fará uma licitação para contratar no futuro uma auditoria completa, incluindo a parte financeira e física.

PD/I. Finalmente, conversou-se sobre a nova iniciativa PD/I que foi desenhado para combinar as experiências entre os Projetos Demonstrativos e o Projeto Terras Indígenas. O PD/I será um componente dos Projetos Demonstrativos, a ser elaborado pela equipe de PPTAL e gerenciado pela ST. Membros da equipe PPTAL estiveram presentes para apresentar o progresso da preparação do componente.

Foi, também, feito um relato sobre o pedido que foi feito ao governo japonês, através do PHRD, administrado pelo BM, de efetuar uma doação ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, para financiar gastos com a preparação do projeto. Muito embora o desenho do projeto ainda não esteja completamente definido, informou-se que existe a intenção de se pré-alocar um percentual dos fundos para serem aplicados em atividades localizadas em áreas demarcadas pelo PPTAL. O montante restante seria aplicado em subprojetos em áreas indígenas não contempladas pelo PPTAL. Estas, e outras questões, serão discutidas e acordadas durante a preparação do

componente, que será feita de forma participativa, com o envolvimento das diversas partes interessadas nas discussões.

Reunião do dia 19 de dezembro de 1997

Participantes: Secretaria Técnica, Banco do Brasil, GTA, KfW e Banco Mundial.

A reunião objetivou dar prosseguimento à sugestão do Sr. Carlos Bertão do possível lançamento de um cartão de crédito "GTA" e da utilização de linhas de crédito do Banco do Brasil por subprojetos PD/A.

Cartões de crédito. Os cartões poderiam ser lançados em 1998, quando se comemoram os 10 anos da morte do líder seringueiro Chico Mendes. O Banco do Brasil seria o agenciador entre o VISA e o GTA. Uma próxima reunião deverá acontecer em meados de janeiro de 1998, a fim de que seja esclarecido como as redes poderão obter os cartões.

Linhas de crédito do Banco do Brasil. O Banco do Brasil apresentou a relação de linhas de crédito na área rural que poderiam beneficiar os subprojetos PD/A. Foram destacadas as seguintes linhas: (i) PRONAF/custeio, a 6,5% a.a. (ii) PROGER rural (custeio para financiamento de 4 a 6 módulos fiscais), 9% a.a.; (iii) PRONAF investimento, teto de 15 mil Reais, (TJLP + 6%) /2. O Banco do Brasil informou que não tem linha de crédito que financie capital de giro para empresas.

Foi acordado que até 31 de janeiro o GTA e a RMA, com a assistência da ST, apresentarão ao Banco do Brasil uma lista de 5 a 10 subprojetos potenciais (economicamente viáveis) candidatos a financiamento complementar por essas linhas de crédito, após contatar os possíveis interessados. O Banco do Brasil informará às agências nas regiões, que indicarão entidades de assistência técnica já credenciadas junto ao BB¹. As entidades indicadas poderão ajudar as proponentes na elaboração dos formulários de proposta para o crédito. Uma vez aprovadas propostas, num prazo de aproximadamente 2 meses e meio, conforme informou o Sr. Rebelo, os proponentes apresentarão ao BB um plano de assistência técnica.

¹ foi ressaltado que as próprias organizações proponentes, no momento da consulta pelas redes, poderão indicar as entidades que contratam para prestação de serviços de assistência técnica.